

NO CENTENÁRIO DO ESCUDO

Parte III : O primeiro ouro da República

António Miguel Trigueiros

O concurso de 1913

Terminados os trabalhos de gravura dos punções, matrizes e cunhos para os escudos de prata da República Portuguesa, cujos primeiros exemplares foram cunhados a 11 de Agosto de 1912 (50 centavos) e a 31 de Maio de 1913 (20 centavos), a Casa da Moeda deu início ao processo de selecção, por concurso público, dos modelos das faces das novas moedas de ouro, cujo programa foi aprovado por despacho de 19 de Agosto de 1913 do ministro das Finanças, Afonso Costa, e depois publicado no *Diário do Governo*:

PROGRAMA DO CONCURSO PARA OS MODELOS DAS FACES DAS NOVAS MOEDAS DE OURO DA REPUBLICA PORTUGUESA

1.º

É aberto concurso, entre os artistas nacionais, por espaço de sessenta dias, a contar da publicação d' este programa no Diário do Governo, para os modelos das novas moedas de ouro da Republica Portuguesa.

2.º

O modelo do anverso terá uma composição ou figura symbolica com a legenda "REPUBLICA PORTUGUESA" e a era de cunhagem em algarismos, e o reverso terá o escudo nacional e a designação do valor.

O Governo reserva-se o direito de adoptar o modelo do anverso de um autor com o do reverso do mesmo ou outro autor.

3.º

Os referidos modelos deverão ser apresentados em gesso, ter o diâmetro compreendido entre 30 e 35 centímetros e ser acompanhados de reduções fotográficas com os diâmetros de 30 e 15 mm. A altura do relevo deverá ser devidamente proporcionada ao diâmetro adotado, tendo-se em vista o fim a que taes modelos são destinados

4.º

Os modelos deverão ser entregues na Academia de Belas Artes de Lisboa,

até às dezesseis horas do dia em que terminar o prazo do concurso, em troca de recibo, que será assinado pelo Director da referida Academia, e serão marcados com uma divisa repetida no sobrescrito que encerrar o nome do autor.

5.º

Para julgar os modelos apresentados, será nomeado um júri constituído por três membros, dois escolhidos pelas Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto, e o terceiro pela Sociedade Nacional de Belas Artes.

6.º

Aos dois concorrentes que, no modelo do anverso, alcançarem as mais elevadas classificações, serão conferidos os prémios de 200\$ e 100\$; e aos do modelo do reverso, 100\$ e 50\$.

7.º

Os modelos apresentados serão, depois de classificados, serão expostos ao público por espaço de três dias, com indicação dos premiados.

8.º

Os modelos premiados ficarão pertencendo à Casa da Moeda e serão expostos no seu Museu.

9.º

Os concorrentes que obtiverem os primeiros prémios serão obrigados a mandar fundir os respectivos modelos em bronze campanil e a entregar as fundições na Casa da Moeda.

10.º

Os modelos não premiados deverão ser retirados no prazo de quarenta e oito horas depois do encerramento da exposição a que se refere o n.º 7º, cessando a responsabilidade do júri decorrido este prazo.

Casa da Moeda e Papel Selado, em 23 de Agosto de 1913, o Presidente do Conselho Administrativo, António dos Santos Lucas

(Diário do Governo, de 25 de Agosto de 1913, com duas pequenas rectificações posteriores)

Foram quatro os modelos entregues até 25 de Outubro, como dá conta a acta do júri desse concurso (1):

ACTA DO JURY DO CONCURSO DAS FACES DA MOEDA DE OURO

Em conformidade com a portaria de 28 de Novembro passado, publicada no Diário do Governo N.º 279, reunio aos cinco dias do corrente mês no edifício do Concelho de Arte e Arqueologia da 1ª. Circunscipção, o jury constituído por Columbano Bordalo Pinheiro, pelo Conselho de Arte e Arqueologia, António Augusto da Costa Motta, pela Sociedade Nacional de Belas Artes e José de Brito, pela Escola de Belas Artes do Porto. Eram quatro os concorrentes que



A primeira classificação no concurso para a moeda d'ouro de 10 escudos da Republica coube ao distinto

O sr. João Silva, autor do projeto da nova moeda d'ouro.

artista sr. João Silva, cuja obra anterior o afirmou como o nosso mais distinto medalhista.

Fotografia dos modelos vencedores e do seu autor, na Ilustração Portuguesa de Dezembro de 1913

se apresentaram com as seguintes divisas: - “Ditosa Pátria”, “Fortuna pelo Trabalho”, “Respigadora” e “Pátria e Republica”. Observou o jury que todos os concorrentes se achavam conforme as condições do programa do concurso, e procedeu á sua apreciação votando por unanimidade o primeiro prêmio de 200 e 100 escudos (anverso e reverso) do modello apresentado com a divisa “Fortuna pelo Trabalho”, e o segundo ao anverso do modello que tem por divisa “Respigadora” e ao reverso do que tem por divisa “Ditosa Pátria”. Tendo o jury procedido á abertura das cartas dos concorrentes afim de ter conhecimento dos nomes dos autores das obras premiadas, verificou-se que o autor da divisa “Fortuna pelo Trabalho” era o Sr. João da Silva, e que os autores das divisas “Respigadora” e “Ditosa Patria” eram respectivamente os Srs. Francisco dos Santos e José Simões de Almeida Sobrinho. O jury observa que seria de toda a conveniência para a perfeita reprodução dos modelos que estes sejam reproduzidos pela galvanoplastria e não conforme as condições mencionadas no programa do concurso.

Lisboa, Sala das Sessões do Conselho de Arte e Arqueologia da I.^a Circunscrição, em 5 de Dezembro de 1913.



Modelos “Ditosa Pátria”, de Simões de Almeida Sobrinho, cujo reverso seria aproveitado em 1914 para a moeda comemorativa do 5 de Outubro, e o anverso para as moedas de alpaca de 1927

Cronologia de um grande falhanço

Os modelos premiados deram entrada na Casa da Moeda a 4 de Fevereiro de 1914 e, tal como sucedeu com os modelos das faces das moedas de prata, também estes tiveram sorte diferente: -- a figura da “Respigadora” (anverso), de Francisco Santos, cairia no esquecimento, o modelo original em gesso repousa nos arquivos, estando catalogado e descrito sob os números 29 e 30 do *Catálogo Geral dos Cunhos...*(p. 382); -- o reverso do modelo “Ditosa Pátria”, com o valor de 10 escudos marcado, de Simões de Almeida Sobrinho (o vencedor do concurso para a moeda de prata), acabaria por ser utilizado numa outra moeda de 1 escudo de prata cunhada nesse mesmo ano de 1914, ficando imortalizado como reverso da emissão comemorativa da proclamação da República (cujo anverso, a “Alvorada” republicana, foi da autoria de Francisco dos Santos); -- e os modelos vencedores de João da Silva, cuja fotografia foi divulgada na *Ilustração Portuguesa* de 2 de Dezembro de 1913 (anverso com a era de 1913 e reverso com o valor de 10 escudos), nunca seriam amoedados.

A partir daqui, a história daquela que poderia ter sido a primeira moeda de ouro da República, já foi contada em *A Grande História do Escudo Português* (Coleções Philae, Lisboa 2004, pp. 103-109), muito embora tivesse sido omitida nessa obra a transcrição integral dos textos documentais nela citados, e que são agora reproduzimos neste artigo.

Os factos de que os documentos arquivados dão conta, podem ser arrumados cronologicamente como segue:

- 1914, Março 6: -- João da Silva recebe os modelos em gesso premiados para as faces da moeda de ouro, «*afim de lhes dar o acabamento indispensável para a boa execução deste trabalho*» (ou seja, a sua passagem para metal por galvanoplastia);

- 1915, Março 20: -- João da Silva responde de Paris ao telegrama enviado pelo director da Casa da Moeda, Santos Lucas, em que este pede com urgência os modelos para a moeda de ouro, dizendo que fará entrega dos mesmos em Abril, quando voltar a Lisboa, acrescentando: «*O reverso deixei-o concluído antes de me ausentar de Lisboa. Neste momento ocupo-me do modelo da face que tenho quasi pronto. Na ocasião em que fizer entrega dos meus modelos, poderá V. Exa. apreciar os motivos que me levaram a conservar em meu poder durante tanto tempo, os modelos da moeda de ouro*». Mas não os entregou. Na Europa grassa a Grande Guerra.

- 1915, Setembro 1: -- João da Silva recebe a indicação de que o valor a marcar no modelo é de “5 Escudos”;

- 1915 a 1920: -- insistentes pedidos para que o autor entregue os modelos da moeda de ouro. Em Paris, João da Silva executa novos modelos para a moeda de 5 escudos, com a era de 1916, bem diferentes dos originais pre-



Fotografia dos galvanos dourados que estiveram expostos no Rio de Janeiro em 1922

miados no concurso de 1913;

- 1920: -- os novos gessos dão entrada na Casa da Moeda, sem registo documental conhecido, tendo transitado para a oficina de gravura, para deles serem feitos os punções reprodutores, matrizes e cunhos de serviço;

- 1920 -1921: -- polémica entre João da Silva e o chefe da oficina de gravura da Casa da Moeda, Domingos Alves do Rego. João da Silva não aprova os ensaios feitos com os cunhos gravados por Alves do Rego, devido à modificação que aquele fez nas gravuras, sem o consultar;

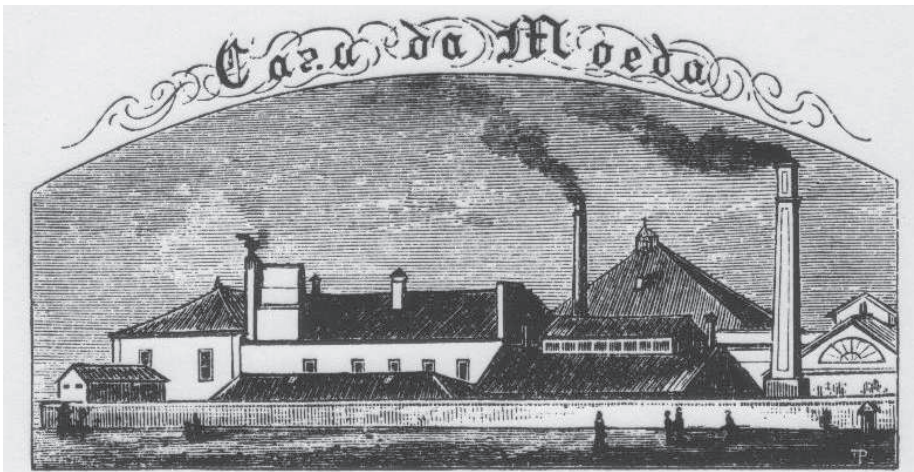
- 1921, Dezembro 8: -- o director da Casa da Moeda, Aníbal Lúcio de Azevedo, envia os modelos (gessos) para Paris, para que o autor se encarregue dos trabalhos de gravação de novos punções e matrizes;

- 1922, Janeiro 20: -- João da Silva acusa a recepção dos modelos e aceita a incumbência de mandar fabricar os cunhos da moeda de ouro, mas informa que *«terá de fazer novos modelos, pois os que recebeu vinham muito danificados»*;

- 1922, Maio 6: -- a Casa da Moeda pede novamente urgência no envio das ferramentas necessárias ao fabrico da moeda de ouro, bem como, o envio de dois galvanos dos modelos, dourados e patinados, para figurarem na Exposição Internacional do Rio de Janeiro;

- 1922, Dezembro: -- duas reproduções galvanoplásticas, montadas num quadro, do anverso e reverso da nova moeda de 5 escudos de ouro da República Portuguesa, com era de 1916, são exibidas na Exposição Internacional do Rio de Janeiro;

- 1923: -- visita à Casa da Moeda do presidente da República, António José de Almeida. Na ocasião foram cunhados alguns exemplares de 5 escudos de ouro, com os cunhos gravados por Alves do Rego em 1920, por recu-



Vista do lado nascente da antiga Casa da Moeda, na rua de São Paulo, em Lisboa, cerca de 1880

nhagem sobre moedas de 5\$000 réis ouro de D. Luís I. Um dessas provas de cunho foi oferecida ao presidente da República;

- 1924, Julho 1: -- os punções para a nova moeda de ouro são entregues em mão na Casa da Moeda, pelo presidente do Ministério e ministro das Finanças, Álvaro de Castro, que deixaria o cargo a 6 desse mês;

- 1924, Agosto 5: -- João da Silva envia a conta de todo o material que aprontou para o fabrico da moeda de ouro (punções e matrizes), bem como, de dois galvanos dourados e um modelo grande para ser arquivado no Museu da Moeda, cujo custo total foi de Francos 4.600,-;

- 1924, Setembro 16: -- Alves do Rego declara que as peças recebidas de João da Silva, tal como vieram, não podem ser utilizadas na amoedação.

A polémica com Alves do Rego, que tudo comprometeu

Para o leitor que leu o primeiro artigo desta série alusiva ao centenário do Escudo republicano, dedicado à “Revolta dos Gravadores”, será mais fácil entender a psicologia dos profissionais da gravura da nossa Casa da Moeda, nessa época de grandes mudanças monetárias, artísticas e tecnológicas, que revolucionaram e simplificaram toda a arte da gravura numismática, acabando com o monopólio dos gravadores de cunhos.

Como escrevi no livro acima citado, depois de séculos de gravação directa no aço macio, reproduzindo em punções as efígies reais e os escudos heráldicos, e colocando as letras das legendas também por meio de punções individuais, a arte da gravação numismática sofreu uma evolução revolucionária desde 1899, ao ser inventada e patenteada pelo francês Victor Janvier, uma nova máquina ou pantógrafo tridimensional, que permitia a reprodução de



Fotografia do grande galvano do averso (dia. 390 mm) executado em Paris em 1916

uma escultura de grande diâmetro (modelo) numa escala mais pequena e a sua gravação directamente num bloco de aço.

Para esse efeito, o modelo original do artista, esculpido em gesso ou noutro material dúctil, era depois revestido de metal por galvanoplastia, em tinas de electrólise, permitindo a obtenção de um galvano de superfície dura, que suportava a leitura do ponteiro de aço do pantógrafo. A aquisição de uma máquina de reduzir para gravuras de moedas e de medalhas, que até então não existia na indústria nacional, foi uma das primeiras decisões da nova administração da Casa da Moeda do regime republicano, que a encomendou em 1912 à casa Janvier, de Paris.

Em Novembro de 1913, no relatório enviado ao ministro das Finanças sobre os factos mais importantes ocorridos nesse estabelecimento do Estado, diz António dos Santos Lucas:

«OFICINA DE GRAVURA – Nesta oficina foi ultimamente montada a nova máquina de reduzir, fornecida pela casa Janvier de Paris, modelo idêntico ao usado nos melhores estabelecimentos monetários do estrangeiro. Esta máquina está actualmente produzindo os modelos para a nova moeda de 1 escudo.

Com esta máquina e com o balancé também já montado por esta Administração, fica esta oficina em condições de bem poder desempenhar o serviço próprio deste estabelecimento, e servir os nossos medalhistas, que até agora tinham de recorrer ao estrangeiro» (2)

Desde então, a arte da gravação de moedas e de medalhas deixou de ser monopólio dos gravadores de cunhos, abrindo-se à criatividade artística de escultores das mais variadas escolas, estilos e técnicas. Este foi o ponto fulcral das polémicas surgidas entre os gravadores da Casa da Moeda e os au-

tores das primeiras moedas republicanas, escultores como João da Silva e Simões de Almeida Sobrinho, que praticavam o estilo da Arte Nova e não gostavam nada que os gravadores mexessem nas linhas esbatidas com que esculpam os seus modelos.

O documento que reproduzimos abaixo, um ofício enviado por Alves do Rego ao seu administrador em Setembro de 1924, logo após ter recebido os punções feitos por João da Silva em Paris, é esclarecedor dessa polémica e das suas nefastas consequências para a história da moeda de ouro republicana.

«Exmo. Senhor Administrador - Sobre a gravura, de matrizes, punções e cunhos destinados à moeda de ouro da República, segundo os modelos do cinzelador ourives Snr. João da Silva, tenho a informar V. Exa. o seguinte:

Recebi efectivamente ordem do Snr. Administrador Geral, então o Snr. Lucio de Azevedo, para gravar os ditos cunhos, punções etc., trabalho a que dei execução imediata; mas tendo notado que, certos pontos destes modelos, como por exemplo, no anverso, a cornucopia, a roda da fortuna e outros que ornam a figura; no reverso, o raiado do escudo, a folhagem que ladeia o mesmo, as quinas, sem o raiado indicando azul como manda o preceito nobiliarquico, os besantes (dinheiros) etc., tudo isto sem vida, com detalhe mal definido, muito apagado, faltas estas condenáveis em moedas destinadas à circulação, por se gastarem e arrasarem facilmente com o uso; procurei eu definir e dar mais vigor a estes detalhes – no meu trabalho de reprodução no aço – a todos estes pontos, que julguei necessário e assim fiz cunhos e cunhei provas. (3)

Viu o Snr. João da Silva estas provas que não gostou, por não concordar com os detalhes que fiz – na minha reprodução em aço, deixando livre os modelos – assim como disse desejar que as moedas ficassem com a borda mais estreita.

Estava no seu direito o Snr. Silva, em não gostar (o que não me causou surpresa), assim como eu estou no meu direito – e justifico-o – de não gostar ou concordar com o seu trabalho tal como o apresenta e deseja que seja executado.

No entanto eu já tinha compreendido tudo. Compreendi que os rodeios do Snr. Silva, rodeios e exigências eram para que o encarregassem do resto do trabalho; isto é, da gravura; que, não sendo ele gravador, mandava executar na casa E. Verte et Ch. Ozana de Paris, nesta ou noutra, onde ele ou qualquer pessoa pode mandar reduzir para moeda ou medalhas quaisquer modelos que queiram, mas que em questão de moeda não dá resultados práticos.

Encarregar-se da gravura, com que fim? Ele lá sabe...

No entanto, o que posso afirmar peremptoriamente é que, para obter o trabalho desejado pelo Snr. Silva - e que agora trouxe – não era preciso recorrer



*Em cima, os gessos executados em Paris e entregues por João da Silva na Casa da Moeda em 1920
Em baixo, prova de cunho em ouro, não aprovada pelo autor*



ao estrangeiro: eu me encarregaria dele e de tal tomaria a responsabilidade uma vez que não concordassem com o primeiro que fiz, e me dessem indicações precisas para fazer novas gravuras.

Não concordava o Snr. Silva com os retoques que fiz? Tanto melhor para mim que me evitava trabalho.

Sendo a nossa máquina de reduzir os modelos em gravura, das mais perfeitas e modernas, eu tomaria a responsabilidade de que perfeitas e matematicamente iguais sairiam as reproduções.

É este caso, mais um dos muitos actos inexplicáveis do Snr. Lúcio de Azevedo, que devia ter defendido a Casa da Moeda, a sua secção de gravura e

os dinheiros do Estado das ideias reservadas e conveniências de outros.

No entanto os cunhos agora apresentados pelo Snr. João da Silva, só com os elementos que trouxe, sem os indispensáveis a uma amoedação desenvolvida, não podem ser utilizados.

Eis o que sobre este caso me cumpre comunicar a V. Exa.

Lisboa, 16 de Setembro de 1924

O Chefe dos Serviços de Gravura, Domingos Alves do Rego» (4)

Decorrendo entretanto os trabalhos de produção das novas moedas de bronze-alumínio, todo este processo da moeda de ouro foi posto de lado, acabando por cair no esquecimento.

Documentos para a história dos ensaios de ouro de 1920

Um outro documento existe, que narra importantes pormenores para a história dos três únicos exemplares conhecidos dos 5 escudos de 1920, que são mais provas de cunho do que ensaios, mas que nem por isso deixam de ser a primeira moeda de ouro da República Portuguesa. Tal como nos anteriores documentos, citados mas não transcritos no meu livro sobre a história do Escudo, a sua leitura integral é dada agora pela primeira vez:

«CASA DA MOEDA – Exmo. Sr. Engenheiro Administrador

Encarregou-me V. Exa. de averiguar sobre a veracidade da versão que há muitos anos corre entre o pessoal deste Estabelecimento, acerca da cunhagem de uma moeda de ouro de 5\$00, com as características fixadas no artigo 2.º do decreto do Governo Provisório da República, de 2 de Maio de 1911; moeda esta cunhada perante Sua Excelência o Presidente da República, Dr. António José de Almeida, quando da sua visita a esta Casa, a qual lhe foi seguidamente oferecida como recordação e que, mais tarde, apareceu exposta à venda numa ourivesaria da Rua Áurea.

Por documentos guardados no Arquivo no processo n.º 39, do maço 33, do ano económico de 94-195, verifica-se que os modelos foram da autoria do escultor João da Silva e que este foi encarregado da abertura da gravura por não concordar com a executada pelo chefe da Secção de Gravura, Domingos Alves do Rego, com quem manteve grande polémica porque este introduziu, por seu livre arbítrio, várias modificações, no intuito de avivar a nitidez da gravura com o fim de resistir melhor ao desgaste da circulação, enquanto que o autor entendia dever a gravura conservar sempre um leve esbatimento.

Verificando-se assim a existência da ferramenta precisa para o fabrico desta moeda, fui ao Museu saber se ela lá se encontra arquivada.

Efectivamente lá estava mas, como os punções, matrizes e cunhos ainda

não estão catalogados, pedi ao antigo chefe da Secção de Gravura, hoje aposentado, Arnaldo Lourenço Fragoso, para classifica-la.

Com a boa vontade que todos nós lhe conhecemos, este antigo funcionário, imediatamente se prontificou a isso, dando como existente o material seguinte:

1 punção de ensaio, feito nesta Casa;
2 punções, um de anverso e outro de reverso, executados em Paris e pagos ao escultor João da Silva;

1 punção, 1 matriz e um cunho do anverso e 1 punção, 1 matriz e um cunho do reverso, feitos neste Estabelecimento pelo gravador Alves do Rego.

Compulsando os livros de termos, não encontrei qualquer auto referente ao início da amoeção de ouro, não acontecendo outro tanto com a amoeção da prata cujos autos figuram a fls. 189, do Livro 6.º, para a cunhagem de rupias para a Índia, a fls. 4, do Livro 7.º, para a cunhagem das moedas de 50 centavos e seguindo-se-lhes os relativos às cunhagens dos 20 e 10 ctavos.

Ora não é crível que se tivessem lavrado autos da cunhagem de cada uma das primeiras espécies de moedas de prata da República e não se tivesse procedido a essa formalidade com a primeira moeda de ouro, facto bem mais transcendente e importante, não só porque não se amoedava ouro desde 1907, mas também porque, esse acto, se tinha revestido de tanta solenidade que até o primeiro magistrado da Nação a ele tinha assistido.

A explicação foi-me dada pelo antigo 2.º oficial desta Casa, Carlos Alberto de Carvalho Tavares que, durante muitos anos, esteve prestando serviço no Arquivo e foi aposentado em 17 de Abril de 96, declarando-me não se ter cunhado qualquer moeda de ouro da República, apesar de bastantes esforços se terem empregado nesse sentido, principalmente com o fim dela figurar na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922, aonde unicamente foi exposto um quadro com dois galvanos, reduzidos dos modelos originais, um do anverso e outro do reverso, dourados e patinados, conforme se pode ver no Museu e no offico desta Casa, n.º 578, dirigido para Paris, em 6 de Maio de 192, ao escultor João da Silva em que, além de se lhe pedir urgência na realização das ferramentas, se lhe pede a remessa urgente dos referidos galvanos, a fim de serem enviados para o Rio de Janeiro.

Disse-me ainda este antigo funcionário, ter umas leves reminiscências de se ter tirado um ensaio desta moeda, em ouro, na presença de várias individualidades quando da visita presidencial em 1923.

Sendo assim, e tudo nos leva a crer que assim fosse, não foi cunhada moeda alguma de ouro de 5\$00, mas um simples ensaio que, por ser batido na liga destinada á moeda definitiva, com ela se confundia e tem corrido como verdadeira moeda.

É esta pois a conclusão a que cheguei.

Casa da Moeda, 13 de Maio de 1943 = João K.

(Arquive-se. 13-5-43. Cruz Azevedo)» (5)



A comparação entre o modelo de 1913 e o gesso de 1916 revela duas esculturas bem diferentes

O que este documento revela de inédito é algo que, até agora, ninguém se tinha apercebido: -- dos 9 cunhos, punções e matrizes para esta moeda de ouro, guardados no arquivo da Casa da Moeda, dois são os que vieram de Paris, feitos por João da Silva; e os restantes sete são os gravados em Lisboa por Alves do Rego.

Foi destes de Lisboa, não aprovados pelo autor da escultura, que saíram os cunhos datados de 1920, usados na cunhagem das provas de ouro e dos vários ensaios doutros metais conhecidos. Mas nenhum ensaio ou prova existe, dos punções (isto é, com a gravura em relevo positivo) entregues por João da Silva em 1924.

Deles sabemos apenas, pela descrição publicada no *Catálogo Geral dos Modelos, Punções, Matrizes, Cunhos, Galvanos e Clichés que serviram ao fabrico de Moedas, Medalhas, etc* (Casa da Moeda, Lisboa, 1960), no capítulo da República Portuguesa (p. 91), com os números 8 e 9, que, no punção do anverso o nome do autor figura junto à orla, à direita da figura da Fortuna sentada, enquanto que, no punção feito por Alves do Rego, o nome do escultor J. DA SILVA figura no sopé do pedestal com a bigorna onde a figura repousa, tal como estava gravado no grande modelo de bronze de 1916.

Afinal, João da Silva tinha razão

Por fim, outra revelação: -- a escultura apresentada a concurso por João da Silva, em 1913, e que só é conhecida pela fotografia publicada na *Ilustração Portuguesa* de Dezembro desse ano, não é a mesma escultura que figura nos galvanos de 1916, ou seja, não é a escultura que o autor apresentou na Casa da Moeda em 1920 para ser gravada no metal.



No reverso, a composição heráldica está muito mais aprimorada, mantendo as quinas sem riscas

Algumas diferenças são pequenas e subtis, mas outras são bem nítidas, como as cercaduras peroladas nas duas faces, além das que se podem observar nas ampliações fotográficas que publicamos neste artigo:

- no anverso, a figura da Fortuna de 1916 é outra, completamente diferente da figura do concurso de 1913, com o torso arqueado à esquerda, deixando ver um longo ombro e pescoço, que termina no cabelo apanhado atrás da nuca, que também não existia no modelo original. O braço direito estendido, que em 1913 apresentava a mão com os dedos virados para cima, deixando cair rosas e moedas no campo em frente das letras REPU, aparece em 1916 com a palma aberta e a rosa e moedas caídas junto ao rebordo inferior, preenchendo o espaço vazio antes do início da legenda, assim como aparecem no sopé do pedestal, por baixo do nome do escultor. Nesse lado, a roda da Indústria aparece em 1916 mais visível, preenchendo o espaço vazio existente em 1913, a seguir ao fecho da legenda. Na composição central, uma figura feminina sentada sobre uma bigorna, portando na mão direita a cornucópia e tendo aos pés a foice da Agricultura e a roda da Indústria, o modelo de 1916 revela uma escultura de excepcional vigor e movimento, de formas femininas bem marcadas, em vez de um torso juvenil quase masculino, que se vislumbra na escultura de 1913. A foice deixa de ter a lâmina visível; a ponta direita da bigorna é prolongada pelo campo da moeda, recebendo os panejamentos e fazendo a ligação espacial com a ponta da cornucópia.

- nos rebordos, que em 1913 eram simplesmente granulados, aparece em 1916 uma cercadura de grande estilo, de duas meias pérolas separadas por três traços, que só por si evidencia toda uma diferença

- no reverso, toda a composição do escudo nacional, ladeado por ramos de carvalho (à esquerda) e de louro (à direita), e das cartelas superior e

inferior, passam a estar filetadas, e a legenda “ESCUDOS” cresce em 1916, mostrando as suas letras ligadas entre si. O próprio escudo também aumenta de tamanho, muito embora não tivesse os riscados do esmalte heráldico azul (nas quinas), introduzidos por Alves do Rego em 1920.

Finalmente, percebe-se agora a razão porque João da Silva demorou tanto tempo a entregar os gessos (para além do estado de guerra na Europa, que certamente potenciou o atraso): -- afinal, já não eram os que ele tinha modelado para o concurso de 1913, eram outros totalmente reconstruídos em 1916, com uma qualidade artística superior e um acabamento requintado e perfeito, digno de uma moeda de ouro da República Portuguesa.

Percebe-se também agora a zanga do autor, perante as modificações arbitrariamente introduzidas por Alves do Rego na sua escultura. Pois se ainda hoje os escultores não aceitam de bom grado que os gravadores mexam nas suas obras, que apenas devem interpretar e traduzir fielmente para o metal, imagine-se como deve ter sido em 1920, quando João da Silva viu os ensaios da sua moeda, da sua Fortuna pelo Trabalho, adulterada sem o seu consentimento, pela soberba e arrogância dum gravador da Casa da Moeda.

Para termos uma ideia de como o escultor se deve ter sentido, compare-se então essa maravilhosa escultura de estilo Arte Nova que João da Silva modelou em Paris em 1916, com a prova de cunho tirada em 1920, recunhada sobre uma moeda de 5.000 réis de D. Luís I: -- onde estão os delicados traços com que o autor esculpiu a sua bela figura de mulher, totalmente empastelada na prova cunhada? -- Onde estão os efeitos precisos e delicados nas dobras do panejamento que cobre a cintura da mulher? -- Onde está a definição dos traços de belo efeito, já com indícios do novo estilo Arte Deco, que separam as meias pérolas da cercadura? -- Onde ficou a delicadeza e a precisão do desenho dos algarismos da era 1916, grotescamente traduzidos na prova cunhada em 1920?

João da Silva tinha razão, ao recusar que a sua obra fosse assim tão adulterada. Voltou com ela para Paris, teve que a refazer novamente e quando regressou para a entregar, em Agosto de 1924, já era tarde demais. O seu admirador e amigo Álvaro de Castro, ministro das Finanças e primeiro-ministro, que muito deve ter apoiado e incentivado os esforços da Casa da Moeda na cunhagem desta moeda, seria exonerado poucos dias depois, e com ele desaparecia o sonho da primeira moeda de ouro da República Portuguesa.

NOTAS

- (1) AHCM, *Amoedação de ouro, Continente, 1913-1914, 1914-1915*, caixa 4, proc. 4105
- (2) Idem, *Relatório dos factos mais importantes ocorridos na Casa da Moeda e nas Contrastarias durante o interregno parlamentar, 1913-1914*, maço 33, proc. 93; ofício de 7 de Novembro de 1913.
- (3) São conhecidas provas de cunho de cupro-níquel, latão, cobre e cobre dourado, com a era de 1920
- (4) AHCM, *Amoedação de ouro, Continente, 1923-1924*, caixa 4, proc. 4105
- (5) Idem, *ibid.*, 1943-1971, caixa 4, proc. 4105